

## Sinafresp vai ao Colégio de Líderes da Alesp pleitear a PEC Estadual e o fim do Nível Básico

Diretores do **Sinafresp** participaram da reunião do Colégio de Líderes da Assembleia Legislativa, na tarde de 27 de abril, e defenderam os pleitos da categoria aos líderes de todas as bancadas da Casa Legislativa, relativos, principalmente, à PEC Estadual e ao fim do Nível Básico.

O presidente, Ivan Netto Moreno, expôs a necessidade do Teto Único Estadual, apontou as emendas ao PLC 2/2010 importantes para os Agentes Fiscais de Rendas e ressaltou a grande desvalorização que a categoria vem sofrendo, mesmo com os excelentes resultados na arrecadação estadual dos últimos anos.

Também estavam presentes a vice-presidente do **Sindicato**, Miriam Arado, e o diretor José Roberto Costa. Leia a notícia completa na página 3.



## Sinafresp reúne-se com o secretário da Fazenda no dia 26 de maio

Após sucessivos contatos feitos pelos diretores do **Sinafresp**, o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Machado Costa, finalmente marcou audiência com a Diretoria da Entidade. O encontro será realizado no dia 26 de maio, uma quarta-feira.

Na pauta estão as reivindicações da categoria pelo Teto Único no Estado, pelo fim do Nível Básico e manutenção do *pro labore*, entre outras. *Página 5.*



**Sindicato entra com Representação na Corcat contra ações do Delegado de Taubaté – página 5**



**Veja como está o cumprimento das principais deliberações da categoria na AGE de 20 de março – página 9**



**PR de 89,58% referente ao 1º trimestre do ano será paga no final de maio – página 10**

**Dados atualizados**

# AFR, atualize seu cadastro no **Sinafresp**

Com a finalidade de melhorar a comunicação entre o colega AFR e o **Sinafresp**, a Entidade solicita aos seus filiados que atualizem seus dados cadastrais na secretaria do **Sindicato**.

São informações fundamentais para o contato com os colegas, como telefones, endereço residencial, conta de e-mail particular válida, entre outras.

A atualização também pode ser feita pelo telefone (11) 3113 4000 ou pessoalmente, na sede do **Sindicato**, localizada na rua Maria Paula, nº 123, no centro de São Paulo.

Quem optar por enviar os dados por e-mail deve encaminhar a mensagem para [secretaria@sinafresp.org.br](mailto:secretaria@sinafresp.org.br).

Lembre-se de que manter seu cadastro atualizado é fundamental para que o **Sinafresp** possa mantê-lo informado sobre os assuntos de interesse da Classe.

## Dever Cumprido

*Fevereiro e Abril/2010*

Esta seção tem como objetivo prestar homenagem aos colegas que se aposentaram após anos de dedicação e serviços prestados ao Estado e à sociedade. A todos os AFRs que venham a figurar neste espaço, o nosso sincero agradecimento e votos de paz e harmonia no merecido descanso.

Dia	Nome	Regional
<b>Fevereiro 2010</b>		
13	Odílio Gonçalves da Mota	DRTC I/Capital
<b>Abril 2010</b>		
1	Américo Correia Altemio Junior	DRTC I/Capital
1	Marcos Cesar Cantoni	DRTC III/Capital
1	Ruy Brandão Bueno	DRTC III/Capital
1	Geraldo Arlindo Radin	DRT 12/ABCD
1	Antônio José Augusto	DRT 7/Bauru
1	Antônio Roberto Arana	DRT 5/Campinas
1	Benedicto Ismael Camargo Dutra	DRT 14/Osasco
2	Luiz Mauro da Cunha Guasco	DRTC I/Capital
6	José Carlos Bech	DRT 15/Araraquara
9	Aldo Barduco	DRTC I/Capital
9	Frederico Gomes da Rocha	DRTC I/Capital
10	João Carlos Marin	DRT 15/Araraquara
14	Mário Cordeiro Pontes	DRTC II/Capital
14	Mauro de Almeida Moraes	DRTC I/Capital
17	Paulo Marcos Perrelli	DRTC II/Capital
21	José Fedelis	DRTC I/Capital
27	Evaristo Belo de Resende	DRT 12/ABCD
28	William Martani	DRTC II/Capital

## Expediente

### DIRETORIA

Presidente: Ivan Netto Moreno; Vice-Presidente: Miriam Arado; Secretário-Geral: Teo Franco; Secretária-Adjunta: Maria Jordan Azevedo; 1º Tesoureiro: José Roberto Costa dos Santos; 2º Tesoureiro: Igor Lucato Rodrigues; Diretor de Assuntos Intersindicais: Jorge Breder.

### CONSELHO DE REPRESENTANTES

#### Mesa Diretora Provisória

Renato Saccaro (DRT 7), presidente; Gilson de Souza Takeya (DRT 11), 1º secretário; Victor Nuncio Aprile (Capital), 2º secretário.

#### Comissão Fiscal

Titulares: Antonio de Ponte Luís (DRT 2), Gilmar Domingos Macarini (DRT 10) e Flávio Werneck Sampaio (DRT 2). Suplentes: Nilo Calandria Ponce (DRT 12), Luis Carlos Fequer (DRT 6) e Humberto Arlow (DRT 15).

#### Comissão de Ética

Titulares: Décio Brites (DRT 16), Marco Aurélio Meira Garcia (DRT 11) e Antonio Guerra (DRT 3). Suplentes: Felisberto Quintella de Carvalho (Capital), José Carlos Ferreira (DRT 10) e Claudio de Lemos (DRT 8).

#### Conselheiros

Pedro de Oliveira Abrahão e Valdeilton da Silva (Sede); Edison Nassif Farah, Felisberto Quintella de Carvalho, Francisco Eloy dos Santos, Marcelo Henrique Yasuda Ketelhuth, Odalio Gonçalves da Mota e Victor Nuncio Aprile (Capital); Antonio De Ponte Luís e Flávio Werneck Rebelo de Sampaio (DRT-2); Antônio Guerra e Miguel Siqueira (DRT-3); Henrique Fabiano dos Santos e Marcelo de França Moraes (DRT-4); Ariovaldo de Moraes, Ricardo Castro dos Santos e Rodrigo Máximo Teodoro (DRT-5); Antonio Marques dos Santos Filho, Arlindo Ferreira de Aragão e Luis Carlos Fequer (DRT-6); Alex Sandro Kuhn e Renato Saccaro (DRT-7); Claudio de Lemos, Frederico Cavalcante Guerra e José Aparecido Ciocca (DRT-8); João Boucinha da Costa e Marco Antonio Calderaro; Carlos Alberto Faustino, Gilmar Domingos Macarini e José Carlos Ferreira (DRT-10); Gilson de Souza Takeya e Marco Aurélio Meira Garcia (DRT-11); Laercio Luis Miatto e Nilo Calandria Ponce (DRT-12); Renato Cialfi Abbondanza (DRT-13); Humberto Arlow e Osório Claudio Bortolin (DRT-15); Décio Brites e Marco Antonio Pezzatto (DRT-16).

#### Suplentes

Elizabeth Ferreira, Sergio Trentin Junior, Durvail Soares Pompeo, Fernando Kioshi Yamakawa, Paulo José Ferreira de Castro, Ricardo Catundado Nascimento Guedes, Eliana Maria Pessoa F.de Oliveira, Marcel Martins Gama, Reinaldo Vieira de Sousa, Celso Araújo, Gilberto Ferreira Neves, Osvaldo da Silva Quintino, Pedro Ventura Esteves, Mauro Donizete S. Franco, Elizabeth Hunziker Marques, Fábio Rodrigo de Lima Cicerre, Janaina Coral Zacarchenco, Jorge Fortin de Oliveira, Milton Mazzarini, Rafael Carvalho de Oliveira, Timoteo Camargo, Cleber Stefani, Maria Andreto de M. Candido, José Márcio Brant Junior, Sebastião Mendonça Ribeiro, Edgar Dourados Matos, Manoel Gregório Santos, Michele Ferreira, Adolpho Freitas Ávalos, Mauro Laércio Trombini Garrido, Jair Botero, Jan Luiz Lluema Parellada, Carlos José de Souza, Valdiney Gomes dos Santos, Edson Tomihiro Kato, Célio Henrique Barbosa, João Zana, José Francisco de Almeida, Suely Barjud R. P. do Nascimento.

#### Jornal Sinafresp

**Conselho Editorial:** Ivan Netto Moreno, Miriam Arado, Teo Franco, Maria Jordan Azevedo, José Roberto Costa dos Santos, Igor Lucato Rodrigues, Jorge Breder

**Jornalista Responsável:** Renata Eschiletti (Mtb 145/MS)

**Repórter:** Camila Brauer

**Revisão:** Andrea Herszson

**Diagramação:** Alexandra Terzian Simonka

**Tiragem:** 6000 exemplares

**Impressão:** Potyguara Ltda

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando necessariamente a opinião do responsável pelo jornal e da Diretoria do Sinafresp.



Endereço: Rua Maria Paula, 123 – 17º andar  
São Paulo – SP – CEP 01319-001  
PABX: (011) 3113-4000 – Fax: 3113-4007  
E-mail: [redacao@sinafresp.org.br](mailto:redacao@sinafresp.org.br)  
[www.sinafresp.org.br](http://www.sinafresp.org.br)

AFR, **Informe seu e-mail particular ao Sinafresp.** Assim, você garante uma comunicação eficiente com a Entidade.

Aproveite e **informe também se você não deseja mais receber o Jornal Sinafresp em sua residência.** Todas as edições estão disponíveis para download no site [www.sinafresp.org.br](http://www.sinafresp.org.br).



Atualize seu cadastro e comunique sua preferência para [secretaria@sinafresp.org.br](mailto:secretaria@sinafresp.org.br).



## Apoio parlamentar

### Sinafresp vai ao Colégio de Líderes da Alesp pleitear a PEC Estadual e o fim do Nível Básico

Diretores do **Sinafresp** participaram da reunião do Colégio de Líderes da Assembleia Legislativa, na tarde de 27 de abril, e defenderam os pleitos da categoria aos líderes de todas as bancadas da Casa Legislativa, relativos, principalmente, à PEC Estadual e ao fim do Nível Básico.

Durante sua breve intervenção, o presidente Ivan Netto Moreno expôs aos deputados a necessidade do Teto Único Estadual, apontou as emendas ao PLC 2/2010 importantes para os Agentes Fiscais de Rendas e ressaltou a grande desvalorização que a categoria vem sofrendo, mesmo com os excelentes resultados na arrecadação estadual dos últimos anos.

Também estavam presentes a vice-presidente do **Sindicato**, Miriam Arado, e o diretor José Roberto Costa.

Os deputados Major Olímpio e Said Mourad manifestaram aos diretores o apoio às solicitações dos AFRs e disseram ser fundamental a mobilização da Classe nas bases para buscar apoio dos demais deputados.

Após a participação na reunião dos líderes, a Diretoria conversou também com o deputado Vitor Sapienza, que informou que ainda não há previsão de votação do PLC 2/2010. O parlamentar disse ter esperança de uma PEC Estadual para este ano.

Fique atento às notícias do site do **Sinafresp** e acompanhe novas convocações de mobilização.



## Ranking dos Tetos Estaduais no Brasil

- 1º Paraná
- 2º Amazonas
- 3º Distrito Federal
- 4º Goiás
- 5º Mato Grosso do Sul
- 6º Minas Gerais
- 7º Rio Grande do Norte
- 8º Rio Grande do Sul
- 9º Sergipe
- 10º Tocantins
- 11º Pernambuco
- 12º Ceará
- 13º Acre
- 14º Roraima
- 15º Paraíba
- 16º Santa Catarina
- 17º Bahia
- 18º Espírito Santo
- 19º Rondônia
- 20º São Paulo**
- 21º Pará
- 22º Amapá
- 23º Maranhão
- 24º Mato Grosso
- 25º Rio de Janeiro
- 26º Piauí
- 27º Alagoas

## Vale do Paraíba

### Sinafresp visita DRT 3 e pede mobilização da Classe



União e mobilização pelo Teto Único e pelo fim do Nível Básico foi o que a Diretoria do **Sinafresp** pediu aos colegas do Vale do Paraíba nas duas reuniões realizadas no dia 16 de abril, naquela regional.

A primeira delas ocorreu logo após o fim do expediente, na porta do novo edifício da sede da Delegacia Regional Tributária do Vale do Paraíba, em Taubaté, ao lado da Via Dutra. Cerca de 30 AFRs que trabalham naquela sede, além de alguns aposentados, ouviram do presidente, Ivan Netto Moreno, que, até aquele momento, o **Sindicato** ainda não havia conseguido ser recebido pelo secretário da Fazenda (leia matéria na página 5), Mauro Ricardo, a quem encaminhou vários ofícios com pedido de audiência para iniciar negociações em torno do Teto Único Estadual e da reivindicação pelo fim do Nível Básico.

Também souberam que ainda não foi atendido o pedido de audiência com o então governador do Estado, formulado há dias

com o mesmo objetivo, e entregue ao ex-secretário da Casa Civil, Aloysio Nunes Ferreira Filho, e, posteriormente, ao atual chefe da pasta.

Ao lado do secretário-geral, Teo Franco, e do tesoureiro José Roberto Costa dos Santos, a vice-presidente, Miriam Arado, por sua vez, destacou as medidas de mobilização aprovadas na última AGE, que estão sendo preparadas com o apoio do Comitê de Mobilização, aprovado pelo Conselho de Representantes.

Falaram ainda aos colegas presentes na concentração, na porta da sede da DRT 3, os conselheiros representantes do **Sinafresp** no Vale do Paraíba, Antonio Guerra e Miguel Siqueira. Diversos colegas usaram da palavra para saber detalhes da movimentação e fazer sugestões de ações para o **Sindicato**, inclusive para aperfeiçoar a comunicação com os filiados e a ação sindical na região.



Antes do encontro, os diretores foram convidados pelos inspetores Fuad Murad, Antônio Carlos Rodrigues de Souza e Oscar Urushibata a conhecer as amplas dependências da nova sede da delegacia e visitar o gabinete do delegado da DRT 3, Manoel de Almeida Henrique, com quem foi realizada uma breve reunião.

Após a reunião em Taubaté, a Diretoria do **Sinafresp** dirigiu-se ao Centro de Convivência de Caçapava da Afresp, onde cerca de 40 colegas, alguns com familiares, aguardavam a realização de outra reunião com o **Sindicato**. O diretor de Assuntos Intersindicais, Jorge Breder, juntou-se ao grupo nesse evento. Os colegas mostraram-se bastante interessados em fazer perguntas e conhecer o trabalho que vem sendo desenvolvido pelas reivindicações da categoria.



Logo depois, com a colaboração da Afresp, por meio do diretor regional de São José dos Campos e atual responsável pelo Centro de Convivência, Everaldo de Melo Brandão, foi realizado churrasco de confraternização dos presentes com a Diretoria e numerosos representantes do **Sindicato**, que viajaram de todo o Estado para a reunião do Conselho, marcada para o dia seguinte (17), em Taubaté (veja na página 8).



## DRT 3

# Sinafresp entra com Representação na Corcat contra ações do delegado do Vale do Paraíba

O **Sinafresp** protocolou na última sexta-feira, 30 de abril, representação na Corcat (Corregedoria da CAT) contra o delegado Regional Tributário do Vale do Paraíba, Manoel de Almeida Henrique, por ações que o **Sindicato** entendeu contrárias à livre atividade sindical naquela área e pela remoção de colegas, realizadas dentro do período de vedação da legislação eleitoral.

Em nota publicada no site do **Sinafresp**, a Diretoria afirmou que lamenta a necessidade da medida, mas ressaltou que esta só foi adotada após tentativas infrutíferas de negociação para superar os problemas apontados.

Um dos fundamentos da Representação de iniciativa do **Sindicato** foi a proibição de remoção ou transferência “ex-ofício” de funcionários no período de 6 meses antes e 3 meses após a data das eleições, prevista no Artigo 45 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo. As portarias de transferência foram publicadas no DOE de 1º de maio, retroativas a 26/4.

Também foi arguido na Representação que o colega que dirige a DRT 3 vinha impedindo ao **Sindicato** e a seus Representantes o livre exercício na sede da Delegacia das atividades sindicais legítimas e pacíficas que lhes são facultadas, inclusive no local e horário de trabalho, pela Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho, incluída recentemente no ordenamento jurídico do país pelo Senado Federal.

Acesse a área restrita do site do **Sinafresp**, na seção Downloads para Associados e leia a notícia completa.



## Sinafresp reúne-se com o secretário da Fazenda no dia 26 de maio

Após sucessivos contatos feitos pelos diretores do **Sinafresp**, o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Machado Costa, finalmente marcou audiência com a Diretoria da Entidade. O encontro será realizado no dia 26 de maio, uma quarta-feira.

Na pauta estão as reivindicações da categoria pelo Teto Único no Estado, pelo fim do Nível Básico e manutenção do *pro labore*, entre outras. A resposta do secretário ao pedido de audiência veio depois de um mês da entrega do último ofício da Entidade ao gabinete de Mauro Ricardo, quando cerca de 400 AFRs concentraram-se no saguão da sede da Fazenda para acompanhar a solicitação.



Naquele dia 24 de março, junto do ofício também foi entregue ao chefe de gabinete do secretário – que cumpria agenda fora do Estado – o manifesto assinado pela Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital) e por mais 30 sindicatos de auditores fiscais de todo o país, com pedido de audiência entre o então governador José Serra e o sindicato paulista.

Os ofícios entregues ao secretário Mauro Ricardo estão disponíveis para consulta na página do **Sindicato** na internet, na seção Imprensa/Downloads. Fique atento às notícias sobre o encontro no site [www.sinafresp.org.br](http://www.sinafresp.org.br).

## Diretoria do Sinafresp reúne-se com deputado Vaz de Lima

No fim da tarde do dia 29, o presidente do **Sinafresp**, Ivan Netto Moreno, a vice Miriam Arado e o diretor Jorge Breder estiveram com o deputado estadual e AFR José Carlos Vaz de Lima, líder do Governo na Assembleia Legislativa.

Os diretores perguntaram ao parlamentar sobre a existência de eventuais novos estudos referentes a uma PEC que estabeleça o Teto Único no Estado de São Paulo. Vaz de Lima afirmou que não tem nenhuma informação concreta a esse respeito, mas disse ter esperança de que possa sair uma PEC ainda este ano.

Outra pauta do encontro foi o PLC 2/2010. Ao ser questionado sobre a tramitação do projeto, o líder do Governo informou que o PLC está congelado na pauta de votações.

# Servidores públicos fortalecidos frente à Administração Pública

Por Cristian Gonçalves

Foram promulgados pelo Senado, com ressalvas, os textos da Convenção nº 151 e da Recomendação nº 159, da Organização Internacional do Trabalho, ambas de 1978, sobre as relações de trabalho na Administração Pública. A promulgação ocorreu por meio do Decreto Legislativo nº 206, publicado no *Diário Oficial da União* do dia 8 de abril do presente ano.

As Convenções da OIT são tratados internacionais que, após ratificados pelo país, ingressam no seu ordenamento jurídico interno, tornando obrigatória a aplicação em sua legislação e práticas nacionais, bem como obrigando-os a enviar regularmente relatórios referentes à sua aplicação interna. As Recomendações são normas não vinculantes que se destinam, normalmente, a complementar os princípios e direitos definidos por uma Convenção, proporcionando diretrizes mais detalhadas sobre sua aplicação.

Sendo, portanto, de observância obrigatória, uma vez ratificada uma Convenção, cabe ao Estado implementá-la por meio de sua legislação interna e das suas práticas administrativas, a fim de dar cumprimento a este, sob pena de reprimendas internacionais.

Diante disso, face à força interna que representa a ratificação de uma Convenção, cabe a nós esclarecer os pontos mais relevantes e de aplicação prática aos dirigentes e representantes sindicais, bem como aos sindicalizados.

A Recomendação nº 159, em resumo, estabelece que, nos casos de negociações dos representantes sindicais com a Administração Pública, os procedimentos para por em prática as condições acordadas devem estar previstos na legislação nacional ou outros meios apropriados. Ela também versa sobre outros procedimentos para fixar que nas negociações devem ser especificados, além das condições de trabalho, o período de vigência e o procedimento de término, renovação ou revisão dos acordos pactuados.

Já a Convenção nº 151 da OIT, em síntese, normatiza as relações de trabalho na Administração Pública, em especial, no que diz respeito ao direito das organizações sindicais do setor público, estabelecendo parâmetros para a fixação e a negociação das condições de trabalho, para a solução de conflitos e para o exercício dos direitos civis e políticos.

Primeiramente, faz-se necessário esclarecer que os textos das referidas normas são anteriores à nossa Constituição da República, datada de 5 de outubro de 1988, de tal forma que a maioria de suas disposições, principalmente no que diz respeito aos empregados públicos (sob o regime da CLT), já foi atendida pelo texto constitucional brasileiro e disciplinada pela legislação infraconstitucional em vigor.

No entanto, quanto aos servidores públicos, no que se refere à disciplina da liberdade sindical e da negociação coletiva entre as organizações sindicais e a Administração Pública, algumas de suas disposições ainda são merecedoras de atenção, cabendo o aperfeiçoamento da legislação pátria sobre o tema.

Na sua Parte I, no art. 1º, item 1, a Convenção especifica seu universo de abrangência, definindo que seus dispositivos se aplicam a todos os empregados pela Administração Pública. A esse respeito, a fim de sanar possíveis confusões, o Decreto nº 206/10 ressalvou que a expressão “pessoas

empregadas pelas autoridades públicas”, constante do caput do art. 1º da Convenção nº 151, de 1978, abrange tanto os empregados públicos, ingressos na Administração Pública, mediante concurso público, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), quanto os servidores públicos (regime estatutário), de todos os níveis da Federação – União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

No item 2, também da Parte I, há uma determinação para que a legislação nacional regulamente o modo pelo qual as garantias nela previstas aplicar-se-ão aos trabalhadores da Administração Pública de nível superior, cujas funções são normalmente consideradas, de formulação de políticas ou de direção ou aos trabalhadores da função pública cujas responsabilidades tenham um caráter altamente confidencial, como é o caso dos AFRs.

Na sua Parte II, a Convenção define que: a) a proteção legal oferecida aos trabalhadores na Administração Pública deve garantir a liberdade sindical em matéria de trabalho, em especial quanto à filiação ou à permanência em uma organização sindical e ao despedimento em razão de pertencimento a uma organização sindical ou participação em suas atividades (Art. 4º); b) a independência da organização sindical em relação às autoridades públicas e proteção contra

---

**“Destaca-se o dever de concessão, pela Administração Pública, de facilidades aos representantes das organizações sindicais de função pública reconhecidas, tal como é o Sinafresp, de modo a permitir-lhes cumprir rápida e eficazmente as suas funções, no livre exercício da atividade sindical, quer durante as suas horas de trabalho quer fora delas”**

---

a ingerência indevida da Administração em sua atividade, em especial as que visem a criar, dominar ou apoiar, por meios financeiros, uma determinada organização.

O disposto nesta Parte da Convenção, de certa forma, já está atendido pela Constituição Federal brasileira. O art. 5º, inciso XX, já estabelece que ninguém será compelido a associar-se ou a permanecer associado – o que afasta o risco de condicionar o servidor público a integrar ou a manter-se integrado a uma associação sindical contra a sua vontade. Ainda no art. 5º, encontramos garantias no que concerne à proteção de eventual ingerência das autoridades públicas (inciso XVIII – a criação de associações independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento; XIX – as associações só poderão ser dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial). Por sua vez, no art. 8º, da Lei Maior, é reforçada a independência das organizações de trabalhadores em relação às autoridades públicas, ao não se exigir autorização estatal para a fundação do sindicato e ao proibir-se, de forma expressa, a interferência e a intervenção do Estado na organização sindical.

A sua Parte III também merece ser analisada com especial atenção, na medida em que é disciplinada a concessão de garantias e facilidades aos dirigentes e representantes de organizações sindicais em face da Administração Pública, como forma de resguardar a autonomia, a independência e o equilíbrio necessário às atividades sindicais. Entre elas, destaca-se o dever de concessão, pela Administração Pública, de facilidades aos representantes das organizações sindicais de função pública reconhecidas, tal como é o **Sinafresp**, de modo a permitir-lhes cumprir rápida e eficazmente as suas funções, no livre exercício da atividade sindical, quer durante as suas horas de trabalho quer fora delas.

É claro que, por falta de regulamentação desta questão no âmbito interno, face ao cenário de omissão legislativa quanto à regulamentação da greve e de dispositivos acerca de tais garantias, temos que olhar para esta questão com uma certa restrição, de tal forma que, enquanto não for regulamentada, a referida Convenção tem de ser interpretada em harmonia com os demais dispositivos legais, uma vez que apenas traz um parâmetro de observância às autoridades públicas e aos representantes sindicais, e os conflitos daí surgidos serão alvo de pacificação pelo Poder Judiciário.

Diante disso, dentro da liberdade de atuação sindical, deve ser observado, com bom senso, pelo representante sindical e por todos os sindicalizados, o funcionamento eficiente da Administração, no cumprimento dos seus deveres funcionais, principalmente quando as manifestações se derem em horário de expediente.

A Parte IV da Convenção revela mais um avanço inquestionável, pois reforça a necessidade da instauração de processos que permitam a negociação das condições de trabalho entre as autoridades públicas interessadas e a organização sindical

ou a sua participação na fixação dessas condições.

O disposto nesta Parte, que compreende o art. 7º, mostra-se extremamente relevante, principalmente no que tange aos servidores públicos, uma vez que a legislação brasileira necessita ser complementada. Embora a CF/88 preveja o direito de greve – art. 37º, VII –, sua eficácia depende da promulgação de uma lei para ter eficácia plena. Nos últimos anos, todas as tentativas de ser disciplinado o direito de greve no serviço público têm sido ineficazes. O Supremo Tribunal Federal, apreciando a matéria em sede de Mandado de Injunção (MI-712), tem procurado reduzir o impacto da omissão legislativa sobre o tema por meio da aplicação ao servidor público do disposto na Lei nº 7.783/89. Porém, essa legislação não se mostraria de todo adequada para regular a greve do serviço público, em face da insuficiência ou ausência de especificidade de alguns de seus dispositivos. Em consequência, a ratificação desta Convenção 151/OIT vem corroborar a necessidade de regular-se, de forma específica, o direito de greve e de negociação dos servidores públicos no âmbito da Administração Pública.

Por fim, na Parte V, é remetida à discricionariedade dos Estados a definição das formas de resolução de conflitos quanto à fixação das condições de trabalho, apresentando, de forma meramente indicativa, instrumentos como a mediação, a conciliação ou a arbitragem, que resguardam a independência e a imparcialidade.

Vê-se, portanto, com a ratificação da presente Convenção, uma conquista importante dos servidores públicos brasileiros no resguardo de seus interesses, na medida em que estabelece parâmetros de proteção à atuação/negociação sindical no âmbito da Administração Pública, coisa que há muito tempo se tem buscado, face à enorme gama de arbitrariedades que têm sido cometidas contra o lado mais fraco da relação – o servidor público, que fica à mercê da boa vontade de seu empregador para conquistar um acordo de melhoria de suas condições laborais.

Em relação ao que interessa aos AFRs, os textos ratificados (Convenção nº 151 e Recomendação nº 159, ambos da OIT) reforçam a necessidade de serem estabelecidas as regras para as negociações entre a Administração Pública e as organizações sindicais, o que remete, mais uma vez, à importância de promulgar-se a lei que discipline a greve no serviço público e garanta a tão sonhada liberdade sindical.

*\* Cristian David Gonçalves é advogado e compõe a equipe do Departamento Jurídico do Sinafresp.*

O texto da Convenção 151 da OIT aprovado no Senado Federal está disponível no site do **Sinafresp** na seção Imprensa/Downloads.



Reunião do Conselho

Conselho de Representantes do Sinafresp se reúne no interior paulista



No dia 17 de abril, o Conselho de Representantes do Sinafresp esteve reunido em Taubaté, interior de São Paulo, para discutir diversos assuntos de interesse dos Agentes Fiscais de Rendas.

Estavam na pauta a avaliação do andamento das ações mobilizadoras aprovadas na AGE de 20 de março, o programa de visitas da Diretoria às regionais e o estabelecimento do cronograma de estratégias e ações do Sindicato para o primeiro semestre de 2010.

Também foram apresentadas as sugestões enviadas pela

base sobre a implantação das operações-padrão da Classe. Depois de muito debate, foi dado o aval dos representantes para que a Diretoria da Entidade estabeleça um cronograma para as ações, com o compromisso de que o Conselho seja informado com antecedência suficiente para auxiliar na mobilização dos colegas.



Responsável pelo recebimento, compilação e análise das sugestões, o Comitê de Mobilização deve continuar trabalhando ao lado da Diretoria, auxiliando na avaliação do melhor momento e da maneira mais adequada de implantar as operações-padrão.

Para assegurar o sucesso dessas ações – bastante ligado à imprevisibilidade das atividades –, o Conselho optou por não detalhar nem divulgar quais ações serão realizadas. Tão logo seja comunicado pela Diretoria, caberá a

cada representante informar aos colegas de suas bases as atividades agendadas, bem como local e horário.

Foi definido ainda que a continuidade das visitas da Diretoria às regionais deverá ser acelerada para que todas as DRTs sejam percorridas até o fim de maio. No dia 16 de abril, a Diretoria da Entidade visitou a regional do Vale do Paraíba. Leia na página 5.

Confira na tabela abaixo os temas que estão em discussão, em andamento ou já foram superados pelo Conselho de Representantes.

AGUARDANDO DISCUSSÃO

- Situação da PEC Estadual;
- Resolução de Produtividade;
- Concurso e valorização dos TAATs;
- Entrar em contato com outras classes interessadas na PEC;
- Verificar quem quer receber o *Jornal Sinafresp*;
- Coluna de perguntas e respostas no *Jornal Sinafresp*;
- Divulgação que a real modernização realizada na Fazenda foi fruto de trabalho elaborado pelos fiscais (Controle de Processos e Expedientes, Gia Eletrônica, Deca Eletrônica, PFE, etc.);
- DRTC I – inspetorias espalhadas: Sede, Tatuapé e Ipiranga;
- Divulgação e cumprimento do dispositivo Legal que trata do limite mínimo para atendimento das denúncias e Pasta do Não;
- Apostila feita pelo Sindicato para que se conheça a composição de cada item do salário, inclusive o cálculo da PR;
- Publicar matérias no jornal do Sindicato pertinentes à luta sindical;
- Discutir a questão da fixação de salário irreal político para cargo executivo;
- Colocar no *Jornal Sinafresp* – Quem é quem na Sefaz;
- Inculcar profundo respeito pelo Sindicato em todos os níveis da Sefaz;
- Cadastrar endereço dos demais sindicatos, Associações de Funcionários Públicos, demais jornais do Brasil e outras comunidades para divulgação de notas de “interesse” do Sindicato;
- Definir a periodicidade da reunião do Conselho;
- Ofício ao governador para apresentação da nova Diretoria do Sindicato;
- Estudar que tipo de medidas vamos tomar para o Plano “B”;
- Informar aos novos AFRs a mudança da legislação que os afeta e o esforço do Sindicato para defender seus interesses;
- Contato com escritório jurídico para representar o associado;
- O não atingimento de objetivos com a hierarquia e a retribuição preconizada na reestruturação;
- Vantagens pessoais X excesso;
- Comunicação no jornal sobre a licença-prêmio X indenização e outras dicas, como por procedimentos para a aposentadoria;
- Membros da administração nas reuniões do Conselho;
- Porte de arma;
- Auxílio-transporte para todos;
- Revisão da Lei 1059/08;
- Escritório Jurídico dar assistência



CONCLUÍDAS

- Marcação da eleição de representantes em Osasco e Guarulhos;
- Página inteira no *Jornal Sinafresp* destinada ao Conselho;
- Apresentação da UGT ao Conselho;
- Esforço para mobilização permanente;
- Encaminhamento dessas propostas para a Diretoria;
- Valorização dos feitos e atuações dos fiscais (Gia-e, PFE, participação em programas, etc.).

EM FRANCO ANDAMENTO

- Contratação de assessoria de alto nível para Comunicação/Imprensa;
- Contato com CAT sobre as operações: – Combustíveis – PROCON – AFR dirigir viaturas;
- O que a categoria pensa e o que quer – contratar um instituto de pesquisa;
- Diretoria visitar as delegacias;
- Plano de Carreira – Lei Orgânica;
- Alteração do Estatuto.

- aos advogados do Sinafresp;
- Marcar audiência com a Casa Civil;
- Contatar Nelson Machado;
- Aumentar o interesse dos fiscais pelo Sindicato e Afresp;
- Divulgação e participação do Sindicato nas políticas da Sefaz;
- Código 4.3 da Resolução (explicação do Depto. Jurídico);
- Continuação da parceria com José Rosa;
- Diagnóstico do atendimento (baixa qualidade) nos Postos “Zero”;
- Criação de Comissão de Mobilização;
- Elaboração de Regimento Interno para o Conselho;
- Demora no acionamento do Cartão-e;
- Falta de orientações para atuação e atuações em empresas constantes do SN;
- Elaboração de um Painel da Memória;
- Elaboração de Regimento Interno para AGE.



## AGE 20 de março

# Deliberações de mobilização aprovadas pela categoria já estão em andamento

Veja abaixo como está o cumprimento das principais deliberações da categoria, aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 de março, com diversas ações mobilizadoras.



### Uso contínuo do botton – atendido!

Com os dizeres “Sinafresp – AFRs unidos – Teto Único SP – Fim do Nível Básico”, o botton já foi distribuído em todas as regionais. Procure o seu representante e use o seu.



### Análises e críticas técnicas encaminhadas formalmente à Administração, via CAT e DEAT, sobre as normas e regras discutíveis, emitidas pela Administração – em andamento.

O Departamento Jurídico está levantando a solidez jurídica das normas que amparam a realização de ações fazendárias discutíveis.

### Visitas da Diretoria a todas as regionais para informar e mobilizar a Classe – em andamento.

A primeira visita foi realizada no Vale do Paraíba. A Diretoria está finalizando a agenda de visitas em todo o Estado.

### Planejamento e implementação de operações-padrão – em andamento.

Já foram compiladas as sugestões enviadas pela base, e a Diretoria do Sinafresp deverá informar aos membros do Conselho de Representantes as datas das operações. Fique atento e converse com seu representante.

### Concentração de colegas no 5º andar da Secretaria da Fazenda, sempre que houver reunião da Diretoria do Sindicato com autoridades fazendárias – atendido!

Esta é uma ação contínua. Vale lembrar que no dia 26 de maio haverá reunião com o secretário da Fazenda.

### Criação de fundo para captação de recursos para eventual greve da categoria, se necessário – em estudo.

A Diretoria do Sinafresp está mantendo contato com outras entidades sindicais para estudar os mecanismos de criação desse fundo.

### Curtas paralisações realizadas em datas aleatórias, informadas antecipadamente pelo Sindicato, como forma de protesto contra a ausência de negociações pela PEC – em andamento.

A agenda de paralisações será encaminhada diretamente aos Conselheiros regionais.



### Paralisação de protesto de um dia na forma de abono, doação de sangue ou outros motivos – em andamento.

A data será comunicada diretamente aos Conselheiros regionais.

### Criação de mural e boletim semanal com informações imediatas sobre as ações da categoria – atendido!

O informativo Sinafresp em Ação está circulando semanalmente em todas as regionais do Estado. Os representantes do Sinafresp são os responsáveis pela distribuição dos materiais nas bases. Os aposentados recebem o material em suas residências.



### Recomendação à Diretoria do Sinafresp para regionalizar as Assembleias Gerais – em estudo.

As próximas reuniões dos Conselheiros com suas bases, prévias à reunião do Conselho, serão organizadas como teste para a implementação das AGEs regionalizadas.

### Exigir o cumprimento de leis e normas, inclusive com parecer jurídico ou em tutela jurídica, quando da realização de operações que possam caracterizar desvio de função – em andamento.

O Departamento Jurídico está levantando a solidez jurídica das normas que amparam a realização de ações fazendárias discutíveis.

### Trabalho dos AFRs junto aos deputados e possíveis candidatos, em suas bases, para buscar apoio aos projetos da Classe – em andamento.

Estão sendo providenciados uma cartilha e o mapeamento dos políticos por DRT para envio aos Conselheiros.

### Formação de comissão para estudar e implantar a Lei Orgânica do Fisco Estadual – atendido!

A Comissão já iniciou suas atividades e o projeto será finalizado em até 180 dias – final de setembro deste ano.

O Departamento Jurídico já levantou a base legal de suporte às ações a serem desenvolvidas pelo Sindicato, tais como operações-padrão, concentração de colegas, entre outras.

**Fique atento e acompanhe o andamento das ações mobilizadoras da Classe. Participe e faça sua parte!**

## Cumprimento de metas

### Participação nos Resultados do 1º trimestre é de 89,58%



De acordo com a publicação do *Diário Oficial do Estado*, no dia 23 de abril, o ICAT (Índice de Cumprimento de Metas das Unidades da Administração Tributária) da Coordenadoria de Administração Tributária referente ao primeiro trimestre de 2010 foi de 89,58%.

A medida tem efeitos para o pagamento da PR (Participação nos Resultados) dos AFRs relativa ao período entre 1º de janeiro e 31 de março.

Com base no Artigo 33 da Lei Complementar nº 1059, a PR do 1º trimestre deverá ser paga aos AFRs entre o final de maio e início de junho.

Para calcular o valor de sua PR, acesse a página principal do site do **Sinafresp** e clique no link "Simulador da PR" (no canto superior direito da página).

### Meta de arrecadação para 2010 foi elevada em mais de R\$ 550 milhões

Na edição de 20 de abril do *Diário Oficial do Estado*, foi publicada a Resolução Conjunta da Secretaria da Casa Civil, da Secretaria de Economia e Planejamento e da Secretaria de Gestão Pública, com a meta de receita tributária de 2010 com efeitos no pagamento da PR (Participação nos Resultados) dos Agentes Fiscais de Rendas. Após a revisão, o valor da meta para este ano ficou estabelecido em R\$ 104.165.129.092,00.

A resolução entra em vigor a partir da data de publicação e revoga a anterior, publicada em fevereiro de 2010, quando a meta foi fixada em R\$ 103.615.045.234,00.

Com a retificação, a meta de arrecadação para o exercício de 2010 aumentou mais de R\$ 550 milhões. Comparada ao ano passado, a meta foi elevada em mais de R\$ 12 bilhões.

Leia a Resolução Conjunta na íntegra no site do **Sinafresp**.



### Secretário da Fazenda homologa as Promoções por Antiguidade 2008

Na edição de 20 de abril do *Diário Oficial do Estado*, foi publicado o despacho do secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Machado Costa, homologando a relação das Promoções por Antiguidade dos AFRs no exercício de 2008.

No total foram promovidos 453 colegas dos níveis de II a V, o que equivale a 20% do contingente total em atividade no dia 31 de julho de 2008.

Acesse o site do **Sinafresp**, na seção Imprensa/Downloads, e veja a relação completa dos colegas promovidos.

Com o encerramento das Promoções 2008, devem ser iniciados os procedimentos para o concurso das Promoções por Merecimento 2009. Fique atento!



Comissão de promoção



## Novos AFRs

# Recém-nomeados participam de curso da Fazenda

Os Agentes Fiscais de Rendas aprovados no concurso de 2009 e recém-nomeados para a carreira participaram, entre os dias 5 e 9 de abril, do curso oferecido pela Secretaria da Fazenda. O evento concedeu palestras diárias às turmas, divididas entre os auditórios da Afresp e da AGU (Advocacia Geral da União), ambos na capital.

Como protesto pela instituição do Nível Básico na Carreira (criado a partir do concurso de 2009), os AFRs recém-nomeados estavam todos vestidos de preto.

Representado pela vice-presidente Miriam Arado e pela diretora Maria Jordan Azevedo, o **Sinafresp** participou de todo o primeiro dia de atividades. O **Sindicato** montou um estande no local do evento para que os AFRs ainda não sindicalizados pudessem filiar-se à Entidade. Os conselheiros da Sede (Prediário), Pedro de Oliveira Abrahão e Valdeilton da Silva, também estavam presentes.

Miriam Arado falou sobre os projetos do **Sindicato** em andamento e comentou a respeito da história, estrutura, Diretoria e dos representantes da Entidade pelas regionais do Estado. “Toda essa estrutura está à disposição de vocês como sindicalizados para serem legitimamente representados, tendo seus direitos defendidos pela instituição, protegendo a individualidade do associado”, disse Miriam Arado.

Em seguida, a vice-presidente convidou os conselheiros a se apresentarem. Eles destacaram a importância do trabalho dos AFRs e explicaram o papel do representante do **Sinafresp**: “Estamos vivendo um momento difícil, a Classe tem que ficar forte e unida”, disse Pedro Abrahão. “Podem nos procurar sempre, estamos à disposição de vocês”, finalizou Valdeilton Silva.

Após a apresentação, Miriam Arado respondeu às perguntas dos colegas sobre temas como o PLC 2/2010, PLO, entre outros.

O presidente da Afresp, Luiz Carlos Tolo Junior, também fez uma apresentação da Associação.

Para encerrar o encontro, foram convidados a compor a mesa o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Machado Costa, os coordenadores da CAT (Coordenadoria da Administração Tributária), Otávio Fineis Junior; da CPM (Coordenadoria de Planejamento Estratégico e Modernização Fazendária), Evandro Freire; e da CGA (Coordenadoria Geral de Administração), Humberto Baptistella Filho.



Primeiro a falar, o coordenador da CAT esclareceu a missão da Coordenadoria de ministrar os recursos tributários necessários ao Estado. Otávio Fineis também comentou a reestruturação da carreira em 2008. Por fim, ele adiantou que os novos AFRs passarão por avaliações semanais enquanto estiverem no período de estágio probatório.

Depois foi a vez do coordenador da CPM, Evandro Freire. Ele explicou os principais trabalhos da Coordenadoria, sua importância e papel dentro da Sefaz: “Planejamos e definimos a estratégia de gestão das atividades de tecnologia da informação, entre outras ações de suporte e capacitação”.

Mauro Ricardo, secretário da Fazenda, iniciou parabenizando todos os novos colegas pela aprovação no concurso. “É com muita alegria que os recebemos”, disse. Entretanto, o secretário demonstrou preocupação com os movimentos dos novos AFRs e afirmou receber informações sobre protestos em relação ao Nível Básico: “Eu posso falar a vocês, se isso for verdade, vocês já estão entrando muito mal”. E completou dizendo que eles precisam passar por isso para, de fato, incorporar a estrutura da função.

O secretário comentou a possibilidade de fazer carreira na administração pública e pediu aos nomeados para que tenham iniciativas durante o trabalho. Mauro Ricardo finalizou dizendo que a população espera o serviço dos AFRs para que tenham melhores serviços no Estado.

Após a solenidade, Miriam Arado perguntou ao secretário da Fazenda a respeito do andamento dos estudos sobre o aumento do subteto estadual. Mauro Ricardo respondeu afirmando que a Secretaria da Fazenda não desistiu de procurar uma solução para o problema do teto salarial no Estado.

## Comissão novos AFRs

# Recém-nomeados elegem sua comissão representativa no **Sinafresp**

Aproximadamente 150 Agentes Fiscais de Rendas aprovados no concurso de 2009 participaram da votação feita na área restrita do site do **Sinafresp** para eleger a Comissão dos Novos AFRs.

A relação com o nome e o número do candidato está disponível na área restrita do site – o acesso só será permitido aos colegas do concurso de 2009 pelo número do CPF.

Conforme prometido pela Diretoria da Entidade, os nomes dos concorrentes serão mantidos em sigilo.

Vale ressaltar que a formação da comissão dos novos AFRs sinaliza o cumprimento de mais uma deliberação da AGE de 20 de março.

O resultado final da votação, apresentado pelo número do candidato e definido por ordem alfabética, pode ser consultado na página do **Sinafresp** na internet.



## Departamento Jurídico do **Sinafresp** estuda medida que instituiu a Função Básica aos novos AFRs

Publicada na edição de 9 de abril do *Diário Oficial do Estado* a Resolução SF 33 instituiu as funções básicas aos Agentes Fiscais de Rendas nomeados no último concurso.

A Diretoria do **Sinafresp** já determinou ao Departamento Jurídico que verifique as implicações legais das regras estabelecidas na resolução para os recém-nomeados em comparação com as quotas recebidas pelos atuais AFRs em funções internas idênticas. Uma das condicionantes desse estudo é a definição das atribuições que serão destinadas aos que ocuparem a chamada Função Básica.

Segundo análise do Departamento Jurídico, a medida, que parece mais adequada à primeira vista, é um mandado de segurança, se comprovada igualdade entre a Função Básica e a atribuída aos atuais colegas internos. Se for o caso, o mandado de segurança será interposto já nos próximos dias.

### Conheça a Resolução SF 33/2010

De acordo com a Resolução SF 33, os recém-nomeados vão exercer 533 funções de natureza interna. Desse total, 110 foram alocadas no gabinete do secretário da Fazenda como assessores fiscais – Função Básica – e as outras 423 funções na área da CAT (Coordenadoria da Administração Tributária). As funções na CAT foram divididas em:

- 386 como assistentes fiscais – Função Básica;
- 5 como consultores tributários – Função Básica;
- 14 como julgadores fiscais – Função Básica;
- 18 como representantes fiscais – Função Básica.

A medida estabeleceu que o *pro labore* das funções básicas será de 1.500 quotas, independente da função. A diferença do *pro labore* da função básica e das funções equivalentes, efetivamente exercidas hoje, vai variar entre 2,6% e 12%.

Sobre o PP (Prêmio de Produtividade), a resolução determina que os recém-nomeados receberão 3.170 quotas. Esse valor fica de 2,68% a 4,1% abaixo do valor das funções equivalentes, efetivamente exercidas hoje.

A PR (Participação nos Resultados) dos que ocuparem a Função Básica será, no máximo, de 2.842 quotas, o que equivale ao valor entre 2,68% e 12,2% inferior ao previsto para as funções equivalentes, efetivamente exercidas hoje.

Acesse o site [www.sinafresp.org.br](http://www.sinafresp.org.br) e leia a Resolução SF 33 na íntegra.





## CD Fenafisco

# Sinafresp reúne-se com Fiscos de todo o país em evento promovido pela Fenafisco e Sindifiscal/ES

O **Sinafresp** participou, na segunda semana de abril, do encontro entre as entidades do Fisco Estadual de todo o país, promovido pela Fenafisco, em parceria com o Sindifiscal/ES. Representaram o **Sindicato** seu presidente, Ivan Netto Moreno, o diretor Teo Franco e o colega membro da Comissão da Lei Orgânica, Raphael Latorre, que também compõe a Comissão do Regimento Interno da Federação. O AFR Claudio Fambrini, diretor da Fenafisco, também participou do evento.

A abertura do encontro, na noite de 5 de abril, contou com a presença do AFR e deputado federal João Dado, do deputado estadual César Colnago, do secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo, Carlos Heugênio Duarte Camisão, e de diversas autoridades locais.

Durante a cerimônia de abertura, Dado falou sobre o trabalho no Congresso Nacional, especialmente em relação às PECs 89-A/07 e 555/06.

No dia seguinte (6), os representantes das entidades dos Fiscos Estaduais assistiram à palestra do secretário da Fazenda do Espírito Santo, Bruno Pessanha Negris. Ele descreveu os programas implantados e os resultados da recente modernização da Secretaria.

Na quarta-feira (7), os diretores do **Sinafresp** e demais participantes da semana de atividades em Vitória puderam conferir a palestra do Encat (Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais) e conheceram o trabalho de Educação Fiscal realizado pelo Sindifiscal/ES.



Finalmente, no último dia de atividades, foi realizada a reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Fenafisco. Entre os itens da pauta de discussões estavam adequações no Plano de Ação Política e ajustes necessários ao orçamento de 2010.

De acordo com a programação distribuída pela Federação, o próximo encontro entre os líderes das entidades representativas dos servidores do Fisco Estadual de todo o país será em Goiânia/GO, na segunda semana de junho.

## Entidades do Fisco participam de seminário da Lei Orgânica do Fisco

No dia 7 de abril, a Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital) foi uma das entidades que organizaram o seminário "Lei Orgânica do Fisco: boa para a sociedade, essencial para o Brasil". O evento, que contou com a presença de mais de 600 pessoas, aconteceu no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, em Brasília.

O colega AFR Francisco Gabriel Nicolai representou o **Sinafresp** no encontro. A Fenafisco foi representada no primeiro painel do seminário "Autonomia e Independência da Administração Tributária e Trabalhista", pelo presidente do Conselho de Representantes Sindicais do Sindafep/PR (Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná), Reginaldo de França. Ele destacou a importância do evento: "É um momento histórico em que

estão unidas as principais entidades do Fisco (Municipal, Estadual e Federal) em busca de um objetivo único: a aprovação da Lei Orgânica do Fisco. Somente com essa lei o Fisco poderá cumprir o seu verdadeiro papel, o da realização da justiça tributária, que é também, em síntese, a realização da justiça social".

Durante todo o evento, deputados e senadores estiveram no encontro manifestando suas opiniões sobre o tema. Todos os parlamentares citaram a importância social da Lei Orgânica do Fisco, por meio da qual não só a categoria estará assegurada, mas também a sociedade. A LOF busca garantir o exercício pleno, autônomo e transparente das administrações tributária e trabalhista, o que resulta na prestação de serviços mais amplos e qualificados aos cidadãos.

O segundo painel do seminário, realizado à tarde, com o tema "A Lei Orgânica do Fisco como instrumento de promoção da Justiça Social", foi composto por representantes das três esferas do poder público, como destacou Pedro Delarue, presidente do Sindifisco Nacional (Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil): "Hoje temos a participação de todos os setores neste seminário. Poder Legislativo, Judiciário, Executivo, Ministério Público e Sociedade Civil Organizada (OAB)".

Estiveram na mesa de debates nesse segundo momento diversos representantes das entidades ligadas ao Fisco. Os convidados deram importantes contribuições à causa, sempre justificando a importância da LOF para o Brasil.

Fonte: Fenafisco

## Fenafisco lança curso de Disseminadores de Educação Fiscal

Durante a reunião do Conselho Deliberativo da Fenafisco, foi realizado o lançamento do curso de Disseminadores de Educação Fiscal, oferecido pelo PNEF (Programa Nacional de Educação Fiscal).

O curso faz parte de um convênio firmado entre a Federação e a Esaf (Escola de Administração Fazendária) e será oferecido a distância. Ele é aberto a todos os filiados às entidades ligadas à Fenafisco, entre elas o **Sinafresp**.

O objetivo do curso é promover e institucionalizar a Educação Fiscal para o efetivo exercício da cidadania, visando ao constante

aprimoramento da relação participativa e consciente entre o Estado e o cidadão e da defesa permanente das garantias constitucionais.

O **Sinafresp** deve enviar os nomes dos participantes do curso até o próximo CD da Fenafisco, marcado para os dias 10 e 11 de junho, em Goiânia/GO.

Os colegas interessados devem entrar em contato com a secretaria do **Sindicato** pelo e-mail [secretaria@sinafresp.org.br](mailto:secretaria@sinafresp.org.br) ou pelo telefone (11) 3113 4000, e informar nome completo, e-mail e telefones.

**Novo Estatuto**

# Reforma do Estatuto do Sinafresp deve ser votada ainda este ano

No dia 24 de abril, a Comissão da Reforma do Estatuto do Sinafresp esteve reunida na sede da Entidade para unificar as propostas de reforma feitas pelo Genesi (atuais diretores do Sindicato) e pelo grupo responsável por esses estudos na gestão passada.

O diretor Jorge Breder (coordenador), os conselheiros Renato Saccaro, Edison Farah, Ricardo Castro e Nilo Calandria Ponce, membros da atual Comissão do Estatuto, participaram da reunião. O presidente do Sinafresp, Ivan Netto Moreno, também esteve presente.

Segundo o diretor Jorge Breder, na reunião foram tratados os temas mais polêmicos e divergentes das duas propostas e, em muitos deles, houve definição, por isso os demais serão aprofundados nas futuras reuniões.

Ele explicou ainda que a ideia é terminar os trabalhos até junho e, no segundo semestre, levar o assunto para ser discutido e votado pela Classe.



## AFRs de Osasco e Guarulhos elegem seus representantes no próximo dia 19 de maio

No dia 20 de abril, a Comissão Eleitoral do Sinafresp, responsável pelas eleições nas regionais de Osasco e Guarulhos, reuniu-se na sede da Entidade para registrar e homologar as candidaturas às vagas remanescentes das regionais mencionadas.

Para as próximas eleições, marcadas para o dia 19 de maio (quarta-feira), os candidatos inscritos na regional de Osasco são: Marcelo Mores (titular) e André Georges Aboul Hala (suplente), Wilson Cotrim Correia (titular) e Aluisio Eloy Valadão (suplente).

Em Guarulhos, concorrem à vaga remanescente os colegas Eurico Hissashi Shimofusa (titular) e o AFR Raimundo Bispo Teles (suplente). Nessa regional, já foram eleitos os colegas Renato Cialfi Abbondanza (titular) e Edson Tomihiro Kato (suplente), no processo eleitoral realizado em 26 de novembro de 2009.

Poderão votar nos candidatos todos os colegas de Osasco e Guarulhos – ativos e aposentados – que tenham se filiado ao Sindicato até 19 de março de 2010.

Acesse [www.sinafresp.org.br](http://www.sinafresp.org.br) na seção de notícias da Nossa Classe e leia o edital de instruções gerais.





✓ **Concurso TAATS**

A Sefaz foi autorizada a realizar um concurso para o cargo de técnico de apoio à arrecadação tributária. Serão 550 vagas e será exigido o nível médio. O salário inicial da carreira passará a ser, em média, de R\$ 1.964,91. Os servidores também terão outros benefícios, como gratificações, adicional por tempo de serviço, salário-família, salário-esposa e ajuda de custos.

✓ **PEC dos Inativos**

A Comissão Especial criada para analisar a PEC 555/06 – que trata do fim da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas – já tem presidente e relator: o deputado Marçal Filho (PMDB/RS) e Luiz Alberto (PT/BA), respectivamente. No dia 28 de abril, foi realizada a primeira audiência pública, na Câmara dos Deputados, para ouvir os representantes do Governo Federal. Os representantes das entidades do Fisco Nacional também serão ouvidos. Acompanhe no site do **Sinafresp**.

## Cidadania

# Sinafresp apoia mais uma Campanha da Catarata

Na noite de 5 de abril, o diretor do **Sinafresp** José Roberto Costa dos Santos participou do Mutirão de Cirurgia da Catarata - Etapa Leste, na capital paulista.

A campanha é uma iniciativa do vereador e AFR Gilson Barreto e conta com o apoio do **Sinafresp**. Para José Roberto, a participação da Entidade nessas iniciativas é importante para que o **Sinafresp** cumpra seu papel social beneficiando toda a comunidade.



O mutirão vai até o dia 25 de maio e é destinado a pessoas com mais de 50 anos. A campanha é gratuita.

### Serviço

Confira os locais de atendimento e horários de funcionamento:

**Espaço Cultural Gilson Barreto,**  
na avenida Mateo Bei, 2.618, São Mateus.  
De segunda a sexta-feira, das 10h às 17h.

**Instituto São Paulo de Ação Voluntária,**  
na rua Airi, 114 – Tatuapé.  
De segunda a sexta-feira, das 10h às 17h.

## Interessados têm até o dia 10 de maio para se inscrever no concurso de monografias da Esaf



As inscrições para o concurso *Prêmio Esaf de Monografias em Educação Fiscal e Financeira*, promovido pela Esaf (Escola de Administração Fazendária), podem ser realizadas até o dia 10 de maio de 2010.

Os interessados em participar devem enviar a ficha de inscrição preenchida via carta registrada ou Sedex para o endereço mencionado ao lado, com a data

de postagem nos Correios até o último dia das inscrições. A participação no concurso é gratuita e aberta a qualquer pessoa residente e domiciliada no território brasileiro, de qualquer nacionalidade e maior de 18 anos.

Os objetivos do concurso são promover a cidadania fiscal e incentivar a pesquisa nas áreas de educação fiscal e financeira, reconhecendo os trabalhos de qualidade técnica e de aplicabilidade para as condições brasileiras.

A premiação está dividida em dois temas: *Promoção da Cidadania Fiscal e Financeira* e *Gestão Pública e Controle So-*

*cial*, e em duas categorias: profissional e universitário. Pode participar na categoria profissional qualquer pessoa com ensino superior completo.

Serão premiados os três primeiros colocados em cada categoria. O vencedor na categoria profissional leva o prêmio de R\$ 20 mil. O segundo colocado recebe R\$ 10 mil e o terceiro, R\$ 5 mil.

Para mais informações sobre o regulamento do concurso, acesse o site [www.esaf.fazenda.gov.br](http://www.esaf.fazenda.gov.br).

### Serviço

Endereço para postagem da inscrição:

#### Escola de Administração Fazendária – Esaf

*Prêmio Esaf de Monografias em Educação Fiscal e Financeira*

Diretoria de Educação – Direção  
Rodovia DF-001, km 27,4  
Setor de Habitações Individuais Sul  
Bloco Q – Lago Sul – Brasília/DF –  
CEP 71686-900

## Confraternização

### Sinafresp prestigia aposentados em almoço na sede da Afresp

A Diretoria do **Sinafresp** prestigiou, no dia 14 de abril, os AFRs aposentados no almoço de confraternização promovido pela Afresp em sua sede, na capital paulista. O presidente Ivan Netto Moreno e o diretor José Roberto da Costa representaram o **Sindicato**.

Antes de desfrutar o cardápio oferecido pela Associação, os colegas ouviram os presidentes Ivan Moreno (**Sinafresp**) e Luiz Carlos Toloi Junior (Afresp). Ivan saudou todos os colegas e comentou o intenso trabalho da Diretoria na busca pelas reivindicações da Classe.



A convite da Afresp, o colega recém-nomeado, Aron Rodrigues, também participou do almoço.

### Sindicalizados podem ganhar prêmios na campanha de filiação

Começou no dia 12 de abril a Campanha de Novos Filiados ao **Sinafresp** que tem o objetivo de integrar os servidores que ingressaram na categoria no último concurso, além daqueles colegas mais antigos que ainda não são filiados.

Um destaque para essa campanha é que falta pouco para o **Sindicato** atingir o número de 6 mil filiados. De acordo com a legislação estadual, a cada 3 mil filiados, 1 diretor pode solicitar o afastamento de suas atividades para dedicar-se ao trabalho classista. Isso significa que, quando alcançada a marca dos 6 mil, mais 1 diretor do **Sinafresp** poderá ser afastado e dedicar-se exclusivamente às lutas dos AFRs.



#### Sorteio

Segundo o regulamento, os AFRs que se filiarem no período da campanha concorrem a um Smartphone – iPhone Apple (para cada 100 inscrições) e um notebook modelo MacBook Air – Apple (para cada 400 inscrições). Os contemplados serão excluídos dos sorteios subsequentes.

A Campanha de Novos Filiados **Sinafresp** vai até o dia 30 de junho, podendo ser prorrogada por um período de 30 dias, se houver necessidade.

Pode participar dos sorteios:

- o AFR que se inscrever no quadro de filiados durante o período da campanha (de 12 de abril a 30 de junho);
- o AFR já filiado ao **Sinafresp** que indicar uma nova inscrição

(o nome do colega deve ser mencionado pelo indicado no formulário de inscrição).

**Vale ressaltar que todos os AFRs que se filiaram de 11 de janeiro a 12 de abril concorrerão automaticamente aos prêmios.**

O sorteio dos prêmios acontecerá no dia 5 de julho, às 19 horas, na sede do **Sindicato** e será aberta aos filiados.

Para filiar-se ao **Sinafresp** basta acessar a seção Informações (localizada na página inicial do site, no canto superior direito), clicar no link Associe-se ao **Sindicato** e preencher o formulário ou procurar o representante da sua regional.

Acesse o site da Entidade, na seção Imprensa/Downloads e leia o regulamento da campanha.

@sinafresp

O Sinafresp também está no **Twitter.**



Siga [www.twitter.com/sinafresp](http://www.twitter.com/sinafresp) e acompanhe as informações sobre os temas de interesse da categoria em tempo real.